

SPDM - Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina Projeto Rede - Projeto de Inclusão Educacional e Social

CNPJ nº 61.699.567/0033-70
Nota do Administrador



Em complemento às Demonstrações Contábeis Consolidadas da S.P.D.M - Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina, das quais são parte o Parecer do Conselho Fiscal da S.P.D.M, o Parecer da Assembleia dos Associados da S.P.D.M e o Relatório dos Auditores Independentes, estamos encaminhando as Demonstrações Contábeis individuais da unidade Gerenciada: **SPDM - Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina - Projeto Rede - Projeto de Inclusão Educacional e Social. Prof. Dr. Ronaldo Ramos Laranjeira** - Presidente do Conselho Administrativo da S.P.D.M.

A Ata de Reunião com o Parecer do Conselho Fiscal da SPDM e Assembleia Geral dos Associados da SPDM será publicado em conjunto com as Demonstrações Contábeis Consolidadas da SPDM.

Relatório da Administração: Senhores Membros do Conselho Fiscal e Assembleia Geral dos Associados. Em cumprimento às disposições legais e estatutárias previstas no artigo 25, inciso XIX, submetemos à apreciação de V. S.^{as} o Balanço Patrimonial encerrado em 31/12/2016 e as respectivas Demonstrações Contábeis da SPDM, elaboradas na forma da Legislação vigente. Nossa Entidade é uma Associação Civil sem fins lucrativos, fundada em 26/06/1933, tendo como principal objetivo a manutenção do Hospital São Paulo (HSP), hospital universitário da Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP), bem como outros hospitais, centros de assistência e unidades afins. A diretriz primordial de nossa Instituição é sua inserção no sistema de saúde, direcionada ao tratamento e à prevenção de doenças e à promoção da saúde primária, secundária e terciária, estreitando laços com a comunidade local e reafirmando seu compromisso social de atender a todos, sem discriminação. A SPDM por ser uma empresa filantrópica, busca a sustentabilidade econômica, social e ambiental. Sua gestão é baseada no sistema de governança corporativa. Com objetivo de fiscalizar e acompanhar as atividades da associação, a SPDM possui um Conselho Fiscal que é responsável pela análise de balanços. Para comprovar a legitimidade dos atos praticados, conta também com a avaliação permanente de uma empresa de auditoria independente contratada nos termos exigidos pela legislação. Face sua certificação como Organização Social de Saúde, a SPDM ainda possui outro órgão fiscalizador que é seu Conselho

Demonstrações Contábeis Comparativo dos Balanços Patrimoniais Exercícios Encerrados em 31 de Dezembro - Valores em Reais			Comparativo das Demonstrações dos Resultados dos Períodos Exercícios Encerrados em 31 de Dezembro - Valores em Reais		
Ativo	2016	2015	Passivo	2016	2015
Ativo Circulante	43.876.022,02	38.761.248,03	Passivo Circulante	43.988.080,29	38.754.555,63
Caixa e Equivalentes de Caixa	13.295.319,91	10.379.611,56	Serviços de Terceiros Pessoa Física/ Jurídica (Nota 3.7)	68.318,58	322.084,06
Bancos conta movimento (Nota 3.1)	2.725.295,68	30.857,27	Salários a pagar (Nota 3.8)	1.156.823,99	1.040.000,30
Aplicações Financeiras (Nota 3.2)	10.570.024,23	10.348.754,29	Contribuições a recolher (Nota 3.9)	262.851,22	242.628,49
Valores a Receber (Nota 3.3)	29.449.279,59	27.174.761,79	Provisão de férias (Nota 3.10)	1.633.866,80	1.406.928,41
Valores em Negociação - Contrato/ Convênio (Nota 3.3.2)	-	118.488,43	Provisão de FGTS sobre férias (Nota 3.10)	130.712,40	112.554,27
Prefeitura Municipal de São Paulo (Nota 3.3.1)	29.449.279,59	27.056.273,36	Provisão de PIS sobre 13º Salário e férias (Nota 3.10)	16.338,74	-
Outros Créditos (Nota 3.4)	1.131.422,52	1.206.874,68	Provisão de despesas com quitações (Nota 3.11)	9.472.539,52	6.556.185,52
Antecipações Salariais	6.770,35	10.964,19	Impostos a recolher (Nota 3.12)	35.337,64	28.420,27
Antecipação de férias (Nota 3.4.1)	1.092.574,23	1.164.351,92	Obrigações Tributárias (Nota 3.13)	1.358,91	1.146,64
Outros créditos e adiantamentos	8.592,38	8.199,73	Empréstimo a funcionário Lei 10.820/03 (Nota 3.14)	40.322,08	17.161,52
Depósito judicial (Nota 3.4.2)	23.484,54	23.358,84	Acordo Trabalhista a Pagar	-	1.400,00
Valores Transitáveis	1,02	-	Outras contas a pagar (Nota 3.15)	117.361,39	32.876,89
Ativo não Circulante	4.906.982,18	32.329.291,23	Outros Valores de Terceiros	60,02	60,02
Realizável a Longo Prazo	4.903.603,66	32.325.266,68	Estrutura SPDM	28.446,90	-
Contratos Públicos a Receber (Nota 3.5)	4.903.603,66	32.325.266,68	Contratos Públicos a Realizar (Nota 3.16)	31.023.742,10	28.993.109,24
Ativo Imobilizado (Nota 3.6)	3.378,52	4.024,55	Passivo não Circulante	4.913.412,34	32.335.983,63
Bens de Terceiros (Nota 3.6.2)	3.378,52	4.024,55	Provisão de Despesa Processos	-	-
Bens Móveis	19.987,30	19.987,30	Trabalhistas (Nota 3.17.1)	6.430,16	6.692,40
Ajuste vida útil-bens terceiros (Nota 3.6.1)	(16.608,78)	(15.962,75)	Obrigações-Bens Móveis de terceiros (Nota 3.6.2)	19.987,30	19.987,30
Total do Ativo	48.783.004,20	71.090.539,26	Ajustes vida útil econômica - Bens Móveis de terceiros (Nota 3.6.1)	(16.608,78)	(15.962,75)

Comparativo das Demonstrações dos Fluxos de Caixa Exercícios Encerrados em 31 de Dezembro - Valores em Reais		
Fluxos de caixa das atividades operacionais	2016	2015
Resultados do exercício/ período	-	-
Ajustes para conciliar o resultado às disponibilidades geradas pelas atividades operacionais	-	-
Ajuste nas contas patrimoniais	(118.488,43)	-
Variações nos ativos e passivos	25.222.597,39	(43.962.010,63)
(Aumento) Redução em contas a receber	-	25.659,00
(Aumento) Redução em estoques	-	25.659,00
Aumento (Redução) em fornecedores	(253.765,48)	148.061,89
Aumento (Redução) em contas a pagar e provisões	(21.934.635,12)	47.007.407,74
Aumento (Redução) de Bens de Terceiros	(646,03)	(2.631,90)
Disponibilidades líquidas geradas pelas (aplicadas nas) atividades operacionais	2.915.062,32	3.216.486,10
Fluxos de caixa das atividades de investimentos	646,03	3.158,20
(-) Adição de Bens de Terceiros	646,03	3.158,20
Disponibilidades líquidas geradas pelas (aplicadas nas) atividades de investimentos	646,03	3.158,20
Fluxos de caixa das atividades de financiamento	-	-
Disponibilidades líquidas geradas pelas (aplicadas nas) atividades de financiamentos	-	-
Aumento (Redução) nas disponibilidades	2.915.708,35	3.219.644,30
No início do período	10.379.611,56	7.159.967,26
No final do período	13.295.319,91	10.379.611,56

Comparativo da Demonstração do Valor Adicionado Exercícios Encerrados em 31 de Dezembro - Valores em Reais		
	dezembro/16	dezembro/15
1 - Receitas	32.055.116,63	27.372.868,23
1.1) Prestação de serviços	26.436.885,79	22.512.847,52
1.2) Isenção usufruída sobre contribuições	5.618.230,84	4.860.020,71
2 - Insumos Adquiridos de Terceiros (inclui ICMS e IPI)	356.960,95	578.647,82
2.1) Custo das mercadorias utilizadas nas prestações d	19.552,50	71.431,27
2.2) Serviço de terceiros e outros	327.342,88	507.216,55
2.3) Outros	10.065,57	0,00
3 - Valor Adicionado Bruto (1-2)	31.698.155,68	26.794.220,41
4 - Retenções	0,00	0,00
5 - Valor Adicionado Líquido Produzido pela Entidade (3-4)	31.698.155,68	26.794.220,41
6 - Valor Adicionado Recebido em Transferência	873.108,60	639.677,04
6.1) Receitas financeiras	873.108,60	639.677,04
7 - Valor Adicionado Total (5+6)	32.571.264,28	27.433.897,45
8 - Distribuição do Valor Adicionado	32.571.264,28	27.433.897,45
8.1) Pessoal e encargos	26.575.575,75	22.511.794,72
8.2) Impostos, taxas e contribuições	220,28	31.573,90
8.3) Juros	83,85	10.012,18
8.4) Aluguéis	22.898,63	20.495,94
8.5) Isenção usufruída sobre contribuições	5.618.230,84	4.860.020,71
8.6) Outras Despesas	346.369,17	-
8.7) Trabalho Voluntário	7.705,76	-

Em 2016 a SPDM ajustou seu plano de contas no sentido de atender aos requisitos da Lei 11.638/2007. Segundo o manual do CFC, o plano de contas consiste em um conjunto de títulos, apresentados de forma coordenada e sistematizada, previamente definidos, nele traduzida a estrutura das contas a serem utilizadas de maneira uniforme para representar o estado patrimonial da entidade, e de suas variações, em um determinado período. Nesse sentido a função e o funcionamento das contas serão utilizados conforme a codificação do plano de contas. Foram reestruturadas as contas dos grupos do Ativo e Passivo para classifica-las em Circulante e Não Circulante conforme determinação legal. As contas do Passivo relacionadas ao fornecedor de materiais e serviços passaram a ser classificadas pelo CNPJ do fornecedor/prestador. A nova estrutura nos possibilitou reclassificar o grupo de despesas para segregá-lo entre Custos, para contemplar atividades diretamente ligadas à atividade fim, e Despesas com atividades de suporte administrativo. Para suportar as novas contas foram realizados ajustes entre as contas contábeis de modo a permitir a correta transferência de saldos bem como garantir sua exatidão no SPED, sistema de escrituração digital do governo federal. **3.1 - Caixa e Equivalentes de Caixa:** Os valores contabilizados neste subgrupo representam moeda em caixa e depósitos à vista em conta bancária, bem como recursos que possuem as mesmas características de liquidez de caixa e de disponibilidade imediata ou até 90 (noventa) dias. **3.1.2.2016-R\$ 3.1.2.2015-R\$**

Saldo em Caixa	2016	2015
Saldo em Bancos	2.725.295,68	30.857,27
Caixa e Equivalentes de Caixa	2.725.295,68	30.857,27

Os recursos financeiros disponíveis para o Projeto Rede são mantidos em conta corrente bancária oficial e representam em 31.12.2016 o montante de R\$ 2.725.295,68 demonstrado no quadro acima. **3.2 - Aplicações Financeiras:** As aplicações estão demonstradas pelo valor da aplicação acrescido dos rendimentos correspondentes, apropriados até a data do Balanço, com base no regime de competência. As aplicações são referenciadas como sendo com restrição uma vez que os valores encontram-se aplicados por força de convênios e contratos de gestão cujo rendimento reverte em favor do contratante e não da SPDM.

Instituição	Tipo de Aplicação	Taxa %	31/12/2016	31/12/2015
Banco do Brasil	CDB/RDB BB	-	397.490,25	466.091,94
Banco do Brasil	Reaplicação	9 % a.m	9.510,99	-
	Poupança	8,5 % A.A	-	-

Imobilizados-Bens de Terceiros - Bens Moveis

Equipamentos Processamento de Dados	31/12/2016	31/12/2015
Mobiliário em Geral	8.392,30	8.392,30

Ajuste Vida Útil Econômica Bens de Terceiros - Bens Moveis

Equipamentos Processamento de Dados	31/12/2016	31/12/2015
Mobiliário em Geral	(15.962,75)	(11.788,25)

Demonstrativo da Movimentação do Imobilizado em 31/12/2016. 3.6.1 Ajuste do Tempo de Vida Útil: A instituição efetua o ajuste do tempo de vida útil dos bens de terceiros, de propriedade do contratante, através do método linear e utilizando as taxas anuais divulgadas em nota explicativa (3.6 Imobilizado), de modo a demonstrar o valor residual dos bens de terceiros. Os softwares são amortizados pelo tempo de vida útil estimado. **3.6.2 - Bens de Terceiros:** Os bens de terceiros de uso do Projeto Rede, cujo valores estão classificados em contas do grupo de imobilizado, tem como contrapartida

continua >

continuação

conta específica no passivo não circulante. **3.7 - Serviços de terceiros:** Os valores contabilizados em Serviços de Terceiros são as obrigações decorrentes da prestação de serviços, seja por pessoa física ou jurídica. O saldo de R\$ 68.318,58, contabilizado nessa conta representa prestadores de serviço pessoa física e jurídica. **3.8 - Salários a Pagar:** De acordo com o Artigo 76 da CLT - Salário é a contraprestação mínima devida e paga diretamente pelo empregador a todo trabalhador, inclusive ao trabalhador rural, sem distinção de sexo, por dia normal de serviço. A instituição efetua o pagamento mensal das remunerações no quinto dia útil subsequente ao mês de competência. **3.9 - Contribuições a Recolher:** Representam os valores devidos sobre a folha de pagamento e relativos ao cumprimento de recolhimentos de INSS, FGTS e PIS. **3.10 - Provisões Trabalhistas (Férias, FGTS e 13º Salário):** O montante da provisão foi determinado com base na remuneração mensal do colaborador e no número de dias de férias a que já tenha direito bem como os encargos sociais incidentes sobre os valores que foram objetos da provisão na data da elaboração das Demonstrações Financeiras, respeitado o Princípio da Competência e conforme informações fornecidas pelo setor responsável pelas mesmas. **3.11 - Provisão de Despesas com Quitações:** A unidade gerenciada constituiu estimativa possível rescisão contratual conforme Termo de Convenio nº 327/2010 e TA 009/2015 estabelecido em seu Plano de Trabalho. Dessa forma, a estimativa leva em consideração os valores estimados para rescisão do contrato de trabalho coletivo, sendo 25,97% sobre o valor da folha de pagamentos bruta se devidos fossem, em 31.12.2016, para fins de recolhimento de referentes a:

Composição	%
Férias	11,11
13º Salário	8,33
Multa FGTS	4,00
Encargo sobre Férias e 13º Salário	2,53
Total	25,97

3.12 - Impostos a Recolher: Representam os valores devidos sobre a folha de pagamento e relativos ao cumprimento de recolhimentos de IRRF CLT e serviços médicos prestados e ISS sobre serviços médicos prestados. **3.13 - Obrigações Tributárias:** A obrigação tributária de acordo com o §1º do artigo 113 do CTN, é aquela que surge com a ocorrência do fato gerador, tem por objeto o pagamento de tributo ou penalidade pecuniária e extingue-se juntamente com o crédito dela decorrente. Constituem as obrigações de IRPJ, INSS, ISS, PIS/COFINS/CSLL e Outras Taxas Municipais, relativos aos valores relacionados aos prestadores de serviços de terceiros contratados pela unidade gerenciada, o saldo final a pagar em 2016 referentes aos impostos citados acima foi de R\$ 1.358,91 e em 2015 foi de R\$ 1.146,64.

3.14 - Empréstimo a Funcionário Lei 10.820/03: A Lei 10.820, de 17.12.2003, beneficiou os trabalhadores regidos pela Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT), permitindo o desconto das parcelas relativas a empréstimos, financiamentos e operações de leasing na folha de pagamento desses empregados. A instituição oferece a seus funcionários o crédito consignado com o Banco Bradesco, com desconto em folha. O montante contabilizado em 31.12.2016 representa R\$ 40.322,08. **3.15 - Outras contas a pagar:** Os valores evidenciados em outras contas a pagar referem-se a outras obrigações que num primeiro instante não se encaixam nas demais nomenclaturas do plano de contas da Instituição, ou ainda, aqueles valores não usuais a atividade principal da instituição. **3.16 - Convênios/Contratos Públicos a Realizar (Circulante e Não Circulante):** De acordo com a Resolução 1.305/10 (NBC TG 07) Item 8 e Resolução 1.409/12 (ITG 2002), a SPDM passou a adotar a sistemática de contabilização dos valores mantidos no Contrato de Gestão com o poder público, de forma a evidenciar os valores previstos a serem realizados, durante a execução do contrato, na execução da atividade operacional. O saldo a realizar a curto prazo em 31.12.2016 representa R\$ 31.023.742,10 (trinta e um milhões e vinte e três mil, setecentos e quarenta e dois reais e dez centavos), e o saldo a realizar a longo prazo representa a quantia de R\$ 4.903.603,66 (quatro milhões, novecentos e três mil, seiscentos e três reais e sessenta e seis centavos). **3.17 - Estimativas Contábeis:** A elaboração das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração use de julgamento na determinação e no registro de determinados valores que sejam registrados por estimativa, as quais são estabelecidas com o uso de premissas e pressupostos em relação a eventos futuros. Itens significativos registrados com base em estimativas contábeis incluem as provisões para ajuste dos ativos ao valor de realização ou recuperação, as provisões para indenizações e provisões para perdas em geral. No caso da Provisão de Férias e Encargos, os mesmos foram provisionados com base nos direitos adquiridos pelos empregados até a data do balanço. A liquidação das transações registradas com base em estimativas poderá resultar em valores divergentes devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Administração da Entidade revisa periodicamente as estimativas e premissas.

3.17.1 - Contingências Passivas: Os conceitos aplicados para fins de constituição de Contingências além dos conceitos estabelecidos para classificação dos processos de ações em "provável", "possível" e "remota", no que se refere ao ponto de vista contábil, se encontram em conformidade com o estabelecido na Resolução CFC nº 1.180/09 que aprova a NBC TG 25 e Deliberação CVM nº 594, de 15/09/2009 que aprova o CPC 25. Para tanto, os eventos são caracterizados em situações nas quais, como resultado de eventos passados, pode haver uma saída de recursos envolvendo benefícios econômicos futuros na liquidação de: (a) obrigação presente (provável); ou (b) obrigação possível cuja existência será confirmada apenas pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros incertos não totalmente sob controle da entidade (remota). Para eventos onde a classificação é provável há uma obrigação presente que provavelmente requer uma saída de recursos e neste caso a provisão é constituída ou reconhecida contabilmente. Para eventos de classificação possível há obrigação possível ou presente que pode, mas provavelmente não irá requerer uma saída de recursos. Neste caso, nenhuma provisão é constituída ou reconhecida e a divulgação é exigida para o passivo contingente. Caso seja remota, há obrigação possível ou obrigação presente cuja probabilidade de uma saída de recursos é remota. Ainda, no exercício de suas atividades de prestadora de serviços, em 2016, a SPDM acumulou passivos resultantes de reclamações trabalhistas. Aquelas cuja probabilidade de perda era tida como "provável" se encontram devidamente provisionadas no balanço (Passivo) na rubrica de Contingências Trabalhistas. Para ações onde a possibilidade de perda era tida como "possível", o montante chegou a R\$ 1.548.894,42, onde a probabilidade era tida como "provável" o valor total chegou a R\$ 6.430,16.

Prof. Dr. Ronaldo Ramos Laranjeira - Presidente do Conselho Administrativo da S.P.D.M. • **Luciana Gonçalves** - Contadora - CRC 1SP289115/O-8 • **Dra. Yumi Kaneko** - Diretor Técnico

Ata da 26ª Reunião do Conselho Administrativo de Gestões Delegadas da SPDM - Associação Paulista Para o Desenvolvimento da Medicina: Data, Horário e Local: Aos 18º dias do mês de abril de dois mil e dezesete, às 08h30, na sala de reuniões localizada no 4º andar do edifício situado à Rua Doutor Diogo de Faria, 1.036 - Vila Clementino - SP, reuniram-se os senhores membros do Conselho Administrativo de Gestões Delegadas da SPDM e convidados, abaixo indicados. **Presenças:** Profs. Drs. José Osmar Medina de Pestana, Sr. José Eduardo Ribeiro e o Dr. Agenor Pares regularmente convocados, sob a Presidência do Prof. Ronaldo Ramos Laranjeira. **Ausências justificadas:** Convidados: Superintendentes: Prof. Dr. Mário Silva Monteiro e Nacime Salomão Mansur, Srs. Ênio Santos e Sr. Alexandre Chiaratti. O Senhor Presidente abriu a reunião agradecendo a presença de todos, colocou em pauta a análise da Ata da reunião anterior de 11/11/2016, a qual foi aprovada por unanimidade. Após breves comentários sobre assuntos gerais da SPDM, deu início aos trabalhos, conforme ordem do dia, informando que as demonstrações contábeis de 2016 e relatório da auditoria, já foram aprovados pelo Conselho Fiscal da SPDM, Conselho Administrativo estão sendo submetidas à análise do Conselho de Gestão Delegadas e seguirão para análise da Assembleia de Associados. **Ordem do Dia: Aprovação do relatório Anual da Administração e as Demonstrações Contábeis, compreendendo:** Balanço Patrimonial, Demonstrações do Resultado do Exercício, Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, Notas Explicativas e Relatório dos Auditores Independentes da Audisa Auditores Associados, relativos ao exercício encerrado em 31/12/2016 Consolidado da SPDM - Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina; de sua matriz, Hospital São Paulo e suas filiais: Hospital Municipal Vereador José Storópolli (STOROPOLLI), Hospital Geral de Pirajussara (HGP), Hospital Estadual de Diadema (HED), Hospital de Clínicas Luzia de Pinho Melo (HCLPM), Hospital Municipal Dr. José de Carvalho Florença de São José dos Campos (HMJCF), Hospital Municipal Pimentas Bonsucesso de Guarulhos (HMPB), Hospital Geral Dr. Waldemar C P Filho de Guarulhos (HGG), Hospital De Transplantes Dr. Euryclides de Jesus Zerbini (H ZERBINI), o Hospital Cantareira (CANTAREIRA), o Hospital Geral de Pedreira (HPEDREIRA), o Hospital e Maternidade Dr. Odemir Leão Carneiro de Uberlândia (HMU), o Hospital Regional de Araranguá Deputado Afonso Guizzo (ARARANGUÁ), o Hospital Estadual de Florianópolis (HE FLORIPA), o Hospital Municipal Pedro II e CER Santa Cruz (Hosp.Pedro) o Pronto-Socorro Municipais de Taboão da Serra (PSM TABOÃO), os Núcleos de Gestão Assistenciais Várzea do Carmo (NGAVC) e Santa Cruz (NGASC), Centro Estadual de Análises Clínicas (CEAC) da Zona Leste, o Centro de Atenção Psicossocial de Itapeva (CAPS), Rede de Assist. Superv. Tenc. Da Saúde VI Maria/ VI Guilherme (VLGUILHERM), **Relatório dos Auditores Independentes: Opinião:** Examinamos as Demonstrações Contábeis da SPDM - Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina - Projeto Rede - Programa de Inclusão Educacional e Social que compreendem o Balanço Patrimonial, em 31/12/2016, e as respectivas Demonstrações do Resultado do Período, das Mutações do Patrimônio Líquido e dos Fluxos de Caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes Notas Explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição Patrimonial e Financeira da entidade, em 31/12/2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios

Passivo Contingencia - 2016 - Trabalhista	
Provável	Possível
R\$ 6.430,16	R\$ 1.548.894,42
3.17.2 - Contingências Ativas: Em atendimento ao Princípio do Conservadorismo (Prudência), as contingências ativas não devem ser contabilizadas enquanto não estiverem efetivamente asseguradas a sua obtenção em decisão final para a qual não caibam mais quaisquer recursos. Mesmo nas situações em que a probabilidade seja favorável, isto não é suficiente para dar base ao reconhecimento do ganho contingente, uma vez que esta não assegura uma decisão final favorável à instituição. Em 2016, possuímos contingências ativas, cuja probabilidade era tida como "possível" no valor de R\$ 10.000,00 com relação às execuções Tributárias.	

Ativo Contingencia - 2016	
Tributária	Possível
R\$ 10.000,00	

3.18 - Outros Ativos e Passivos: Correspondem a valores a receber e/ou a pagar, registrados pelo valor da realização e/ou exigibilidade na data do balanço, sendo que, na sua grande maioria, estes valores encontram-se acrescidos de encargos contratuais e juros. Os valores referentes a passivos com fornecedores encontram-se com valores históricos, com exceção feita a aqueles que resultam de demandas judiciais cujo valor encontra-se conforme decisão judicial. **3.19 - Apuração do Resultado:** Conforme Resolução Nº 1.305/10 (NBC TG 07), Item 12, o resultado do exercício é apurado segundo o Regime de Competência. As receitas e despesas são confrontadas ao final do exercício, de maneira que o resultado apurado será sempre "zero". Portanto a apuração do resultado não interfere no Patrimônio Líquido da instituição. **4 - Origem e Aplicação dos Recursos:** As receitas, inclusive as doações, subvenções, contribuições, bem como as despesas, são registradas pelo regime de competência. As receitas da Entidade são apuradas através dos comprovantes, entre eles, avisos bancários, recibos e outros, como também suas despesas são apuradas através de Notas Fiscais e Recibos, em conformidade com as exigências legais fiscais. **4.1 - Das Receitas Operacionais:** Os recursos públicos obtidos através de contratos de gestão ou convênios é de uso restrito para custeio e/ou investimento das atividades operacionais. As receitas operacionais da instituição são aplicadas na atividade operacional e são reconhecidas pelo regime de competência, de acordo com a NBC TG 07 Item 12, onde a subvenção governamental deve ser reconhecida como receita ao longo do período e confrontada com as despesas que pretende compensar, sempre levando em consideração a Prevalência da Essência sobre a Forma, no reconhecimento de contratos ou convênios. **4.2 - Dos Custos e Despesas Operacionais:** Os custos operacionais estão relacionados aos valores referentes aos setores produtivos da instituição e foram segregados e classificados de acordo com esta estrutura, parametrizada no sistema da SPDM. As despesas operacionais e de apoio a instituição e foram segregados e classificados de acordo com esta estrutura, parametrizada no sistema da SPDM. **4.3 - Auxílios, Subvenções, Contrato de Gestão e ou Convênios Públicos:** São recursos financeiros provenientes de contratos de gestão, convênios ou outros instrumentos firmados com órgãos governamentais, e que tem como objetivo principal operacionalizar projetos e atividades pré-determinadas. Periodicamente, conforme contrato, a Entidade presta conta de todo o fluxo financeiro e operacional aos órgãos competentes, ficando também toda documentação a disposição para qualquer fiscalização. Os convênios firmados estão de acordo com o estatuto social da Entidade e as despesas de acordo com suas finalidades. A Entidade para a contabilização de todos seus tipos de Assistências Governamentais atende à Resolução CFC Nº 1.305/10 na qual uma Assistência Governamental deve ser reconhecida como receita ao longo do período e confrontada com as despesas que pretende compensar, em base sistemática, desde que atendidas às condições da Norma. Todos os tipos de Assistência Governamental não podem ser creditadas diretamente no patrimônio líquido. Enquanto não atendidos os requisitos para reconhecimento da receita na demonstração do resultado, a contrapartida da Assistência governamental registrada no ativo é feita em conta específica do passivo. No exercício de 2016, a Associação recebeu Assistências Governamentais Municipais conforme quadro abaixo:

CNPJ nº 61.699.567/0033-70	R\$
Termo de Convênio	
Convênio Nº: Termo de Aditamento Nº 009/2015 ao Convênio Nº 327/2010 e Aditamento Nº 377/2011, 001/2012, 001/2013 e 006/2013.	26.066.806,66
Total	26.066.806,66

5 - Patrimônio Líquido: Conforme esclarecido em balanços anteriores, de acordo com apurado na Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido de 2.012, e descrito em notas explicativas dos anos, a SPDM procedeu a ajustes necessários para se adequar ao que estabelecem as Resoluções 1305/10 e 1409/12, no que se refere ao reconhecimento dos recursos com restrição originários de contratos de gestão, convênios públicos e outros tipos de Assistência Governamental. Em virtude da aplicação das normas acima relacionadas, não houve movimentação na DMPL - Demonstração da Mutações do Patrimônio Líquido, nos períodos de 31.12.2013, 31.12.2014 e 31.12.2015, respectivamente. A unidade mantém valores a título de recuperação de resultados deficitários desde 2012, entretanto, em 2016 a instituição elaborou estudo de viabilidade de recuperação desses valores, e entendeu por bem, reconhecer o montante de R\$ 118.488,43 como perda diretamente no PL, conforme entendimento mantido com auditores independentes e diretoria local, em virtude da impossibilidade de recuperação desse resultado operacional. **6 - Resultado Operacional:** Em virtude do reconhecimento de receitas e despesas conforme Resolução Nº 1.305/13 (NBC TG 07 R1), Item 12, o resultado do exercício tem sido "zero" face à exigência do reconhecimento em contas de resultado, de receitas e despesas compensadas em bases sistêmicas. Em 2016, a instituição reconheceu repasses e outras receitas no montante de R\$ 26.939.915,26 (Vinte e Seis milhões, novecentos e trinta e nove mil, novecentos e quinze reais e vinte e seis centavos), os recursos foram aplicados na atividade operacional e assistencial da unidade, considerando custos e despesas operacionais no período, totalizando um montante de R\$ 27.302.288,63 (Vinte e sete milhões, trezentos e dois mil, duzentos e oitenta e oito reais e sessenta e três centavos). Dessa forma, se houvesse apuração do resultado, a instituição encerraria o exercício com um resultado operacional deficitário de R\$ 362.373,37 (Trezentos e sessenta e dois mil, trezentos e setenta e três reais e sete centavos). Esse resultado ficará consignado em conta específica do ativo, denominada "valores em negociação contrato/convênio", até o final do contrato de gestão. **7 - Das Disposições da Lei 12.101/09 e Portaria 834/16 MS:** Por ser Entidade Filantrópica da

área da saúde, a SPDM, em conformidade ao estabelecido no inciso II do artigo 4º da Lei 12.101 de 27/11/2009, tem por obrigação ofertar à população carente sem distinção de etnia, sexo, credo ou religião, a prestação de todos os seus serviços aos clientes do SUS no percentual mínimo de sessenta por cento, e comprovar, anualmente, a prestação dos serviços de que trata o inciso II, com base no somatório das internações realizadas e dos atendimentos ambulatoriais prestados. As internações hospitalares e os atendimentos ambulatoriais prestados pela entidade deverão ser totalizados com base nos dados disponíveis e informados no Sistema de Informações Ambulatoriais (SIA), no Sistema de Informações Hospitalares (SIH) e na Comunicação de Informação Hospitalar e Ambulatorial (CIHA). De acordo com a mesma portaria, a entidade que tenha sob sua gestão outras entidades poderá incorporar nos seus serviços o limite de 10% dos serviços prestados ao SUS pelos estabelecimentos a ela vinculados. O Projeto Rede - Projeto de Inclusão Educacional e Social apresentou em 2016, a seguinte produção:

Produção - 2016	SME-SP
Linha de Atendimento	
Rede	
Nº de Auxiliar de Vida Escolar Ativos	844
Nº de Alunos Atendidos	3.690
Nº de Unidades Escolares Atendidas	744

8 - Relatório de Execução: A unidade não tem metas propostas, o atendimento é feito sob demanda, por solicitação da Secretaria Municipal da Educação. Vide dados de atendimento (Nota 7). **9 - Contribuições Sociais:** Por atender aos requisitos estabelecidos no artigo 29 da Lei 12.101 de 27/11/2009, alterada pela Lei 12.868/13, regulamentada pelo Decreto 8.242/14 e à portaria 834 de 26/04/2016 do Ministro da Saúde, a Instituição encontra-se certificada junto ao CEBAS SAÚDE conforme processo nº 25000.153024/2014-03MS fazendo jus ao direito de usufruir da isenção do pagamento da Cota Patronal das Contribuições Sociais e isenção da COFINS (Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social) que também é uma contribuição social, de natureza tributária, incidente sobre a receita bruta das empresas em geral, destinada a financiar a seguridade social. Os montantes das isenções usufruídas durante o exercício se encontram registrados em contas específicas de receitas e totalizam: R\$ 5.618.230,84. Em 02/09/2015, o Conselho Federal de Contabilidade (CFC) publicou a revisão da Interpretação Técnica Geral (ITG) 2002 - Entidade sem finalidade de lucros, norma que regulamenta a contabilidade das entidades do Terceiro Setor. Dentre as alterações realizadas na ITG 2002 faz referência que os tributos objeto de renúncia fiscal não precisam ser registrados como se fossem devidos, bastando relacioná-los nas notas explicativas. Em face de Entidade ter como área de atuação preponderante a da Saúde, tem obrigatoriedade de cumprir o estabelecido na portaria 834 de 26/04/2016, a qual dispõe sobre o processo de Certificação das Entidades Beneficentes de Assistência Social na área da Saúde (CEBAS -SAÚDE) e traz em seu artigo 30 que na análise das demonstrações contábeis serão observadas prioritariamente: - Demonstração do Resultado (DRE) o valor do benefício fiscal usufruído (inciso II alínea "d") e em Notas Explicativas o valor dos benefícios fiscais usufruídos (inciso III alínea "C"). Para cumprir o estabelecido em portaria, a Entidade continua reconhecendo na DRE os valores usufruídos. **9.1 - Isenção da Contribuição Previdenciária Patronal sobre a folha de pagamento de empregados:** Conforme descrito no item 9, face à sua condição de Entidade Filantrópica garantida nos termos da Lei 12.101/2009, a Entidade usufruiu ano exercício de 2016, da isenção da Contribuição Previdenciária Patronal sobre a folha de pagamento de empregados a qual se encontra registrada em conta específica montada em R\$ 4.825.355,45. Em 2015, a referida isenção, que também se encontra registrado em conta específica de receita, totalizou R\$ 4.174.767,41. **9.2 - Isenção da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS):** A isenção da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) está baseada na condição filantrópica da Entidade. Conforme classificação em conta específica o montante no exercício 2016 foi de R\$ 792.875,39. Em 2015 o referido valor de receita totalizou R\$ 675.385,42. **10 - Trabalho Voluntário:** Em 02/09/2015 o Conselho Federal de Contabilidade publicou a revisão da Interpretação Técnica Geral (ITG) 2002 - Entidade sem finalidade de lucros, norma que regulamenta a contabilidade das entidades do Terceiro Setor. Dentre as alterações realizadas na ITG 2002 encontra-se a que estabelece que o trabalho dos integrantes da administração das entidades deve ser incluído como trabalho voluntário. Desta forma, conforme item 19, a Entidade reconhece pelo valor justo a prestação do serviço não remunerado do voluntariado, que é composto essencialmente por pessoas que dedicam o seu tempo e talento uma importante participação em várias ações realizadas pela entidade. A Entidade possui dois tipos de trabalho voluntário sendo um dos dirigentes estatutários e outros tipos de voluntariado. Em 2016, o trabalho voluntário estatutário representou R\$ 7.660,22; em 2015 estes valores foram de R\$ 9.028,13, enquanto os outros trabalhos voluntários em 2016 totalizaram R\$ 45,54. **11 - Ajuste a Valor Presente (Resolução do CFC nº. 1.151/09 NBC TG 12):** Em atendimento as legislações supracitadas a Entidade deve efetuar o Ajuste Valor Presente (AVP) em todos os elementos integrantes do ativo e passivo, quando decorrentes de operações de longo prazo. O valor presente representa direito ou obrigação descontadas as taxas, possivelmente de mercado, implícitas em seu valor original, buscando-se registrar essas taxas como despesas ou receitas financeiras. Ao analisar os saldos contábeis dos itens que estão compondo os ativos e passivos não-circulantes da Entidade, a Administração entendeu que apenas em alguns casos de aquisição de ativo foi necessário efetuar o Ajuste ao Valor Presente pois essas rubricas (elementos dos ativos e passivos não-circulante) pois os demais não se enquadram nos critérios de aplicação e mensuração da Resolução 1.151/09, que aprova NBC TG 12, onde descreveremos a seguir, as seguintes situações que devem ser atendidas para obrigatoriedade no cumprimento desta Norma: • Todas as transações que dão origem aos ativos ou passivos, receitas ou despesas e, ainda, mutações do patrimônio líquido que tenham como contrapartida um ativo ou passivo com liquidação financeira (a pagar ou a receber) que possuam data de realização diferente da data do seu reconhecimento; • As operações que, em sua essência, representem uma saída de valores como financiamento, tendo como contrapartida clientes, empregados, fornecedor, entre outros. Essa situação deve-se ao fato de que o valor presente da operação pode ser inferior ao saldo devido o que, em caso de dúvida, deve ser regido pela resolução 1.187/09 que aprova NBC TG 30, que trata de receitas; e • Operações contratadas, ou até mesmo estimadas, que gerem ativos ou passivos devem ser reconhecidas por seu valor presente. **12 - Exercício Social:** Conforme estabelece o artigo 56 do Estatuto Social da Instituição, o exercício social coincide com o ano civil, iniciando-se em 1º de janeiro e encerrando-se em 31 de dezembro de cada ano. São Paulo, 31/12/2016.

Rede Assistencial de Superv. Técnica de Saúde Butanta (Rede Butan), o Ambulatório Médico de Especialidades (AME) de São José dos Campos (AMESJC), Samu 192 - Regional São José dos Campos (SAMU SJC) o AME Maria Zélia (AME MZ) e AME Psiquiatria Dra. Jandira Masur (AME PQ), o AME de Taboão da Serra (AME TABOÃO), o AME Mogi de Mogi das Cruzes (AMEMOGI), AME Idoso Oeste (Idoso Oeste), o AME Idoso Sudeste (Ido Sudeste), o Projeto Rede - Projeto de Inclusão Educacional e Social (PROJ. REDE), o Projeto Recomeço Helvetia (HELVE-TIA), o Centro de Reabilitação Lucy Montoro de S. J. Campos (C.R LUCY), o CRATOD - Centro de Referência de Alcool, Tabaco e Outras Drogas (CRATOD), CTO Especializado da Assit. Farmaceut. CEAF VI Mariana (CEAF VM), o Instituto de Ensino e Saúde da SPDM (INSTITUTO), Saúde Ocupacional - Afiliados SPDM, CTO - Centro de Tecnologia e Inclusão Social - Pq Fontes do Ipiranga, CTO - Centro de Tecnologia e Inclusão p/ Pessoas com Deficiência Visual , Hospital Nossa Senhora do Monte Serrat (H SALTO), Hospital Municipal Barueri Dr Francisco Moran (HMBFM), Hospital Nove de Abril de Juruti (JURUTI), Centro de Saúde 1 da Vila Mariana (CSVM), Complexo Hospitalar Prefeito Eivaldo Orsi de Campinas (CHPEO), Pronto Socorro Municipal Vila Maria Baixa (PSMVB), UNAD-Unidade de Atendimento ao Dependente (UNAD), as unidades do Programa de Atenção Integral à Saúde (PAIS) onde são partes PAIS (ADM) o PAIS Rede Assist. VI Form. Carrão Aricanduva e Sapopemba (ARICAN-DUVA), PAIS AMAS Hospitalares (AMAS), Rede Assist. - STS Ipiranga/ Jabaquara/ Vila Mariana (PAIS IPIRA), Rede Assist. - STS Perus / Pirituba, Rede Assistencial da Vila Prudente/ São Lucas (PAIS PRUD), Rede Assist. da Pari, Belém, Tatuapé, Mooca e Água Rasa (PAIS PARI), a unidade PAIS P.A/P.S (P.A/P.S), PABSF Americana (AMERICANA), UPA Engenho de Dentro (ENG. DENTRO), Hospital Municipal Dr. Benedito Montenegro (MONTE-NEGRO) o Programa de Atenção Básica e Saúde da Família (PABSF), UPA João XXIII AP 5.3 (JOÃO XXIII), PAIS A.P. 3.2 (A.P 3.2), O PAIS A.P 1.0 (A.P 1.0), PAIS - UPA Sepetiba (SEPETIBA), PAIS UPA Paciência (PACIÊNCIA), PAIS Centro de Apoio Gestão da Informação e Eventos (GEST.EVENT), Coord. de Emerg. Regional do Leblon- AP 2.1 (Leblon 2.1), e o SAMU do governo de Santa Catarina (PAIS SAMU). Dr. Ronaldo passou a palavra ao Sr. Ênio Santos que realizou a apresentação do Relatório Anual da Administração e as Demonstrações Contábeis e após breves esclarecimentos foi aberta a votação restando aprovada por unanimidade o relatório Anual da Administração e as Demonstrações Contábeis das unidades supramencionadas no ano de 2016. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente agradeceu a presença de todos e deu por encerrada a reunião. São Paulo, 18/04/2017. Prof. Dr. Ronaldo Ramos Laranjeira; Prof. Dr. José Osmar Medina de Pestana; Sr. José Eduardo Ribeiro; Dr. Agenor Pares. éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outros assuntos: Demonstração do valor adicionado:** Examinamos também, a demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao exercício findo em 31/12/2016, como informação suplementar pelas IFRS que não requerem a apresentação da DVA. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações contábeis, tomadas em conjunto. **Responsabilidades da administração pelas demonstrações contábeis:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção



continua

continuação

levantante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela administração da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficien-

te para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional. Comunicamo-nos com os responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. São Paulo - SP, 30/03/2017. Audisa Auditores Associados - CRC/SP 024298/O-3; Ricardo Roberto Monello - Contador - CRC/SP 161.144/O-3 - CNAI - SP - 1619; Alexandre Chiaratti do Nascimento - Contador - CRC/SP 187.003/O-0 - CNAI - SP - 1620.

Marubeni

MARUBENI BRASIL S.A.

CNPJ/MF nº 60.884.756/0001-72

RELATÓRIO DA DIRETORIA

Senhores Acionistas: Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, a Diretoria da MARUBENI BRASIL S/A, tem a satisfação de apresentar o Relatório das Atividades da Sociedade, acompanhado do Balanço Patrimonial, do Demonstrativo do Resultado, Demonstrativo dos Fluxos de Caixa e das Mutações Patrimoniais, relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016. São Paulo, 26 de abril de 2017.

Balanços Patrimoniais Levantados em 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Valores em milhares de reais - R\$)

Ativo	2016		2015		Passivo	2016		2015	
Circulante					Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	118.853	248.089			Fornecedores	335	2.139		
Contas a receber	8	6			Empréstimos a pagar	13.335	177.608		
Contas a receber - partes relacionadas	748	17.147			Outros passivos financeiros	-	42.438		
Estoques	4.488	135			Impostos e contribuições a recolher	619	876		
Impostos a recuperar	6.416	2.074			Salários e encargos a pagar	738	647		
Despesas antecipadas	57	68			Juros sobre capital próprio	6.071	5.527		
Outros ativos financeiros	23.771	355			Outras contas a pagar	401	598		
Outros créditos	4.304	145			Total do passivo circulante	21.499	229.833		
Total do ativo circulante	158.645	268.019			Não circulante				
Não circulante					Imposto de renda e contribuição social diferido	11	-		
Depósitos judiciais	587	571			Provisão para demandas judiciais	23.640	21.084		
Imposto de renda e contribuição social diferido	-	26.811			Total do passivo não circulante	23.651	21.084		
Investimentos	14.335	14.367			Patrimônio líquido				
Imobilizado	1.312	1.152			Capital social	79.455	79.455		
Intangível	60	74			Reservas de capital	23	23		
Total do ativo não circulante	16.294	42.975			Reservas de lucros	30.061	23.130		
					Outros resultados abrangentes	20.250	(42.531)		
					Total do patrimônio líquido	129.789	60.077		
Total do ativo	174.939	310.994			Total do passivo	174.939	310.994		

Demonstrações do Resultado para os Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015

	2016		2015	
Demonstrações do Resultado para os Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015				
(Valores em milhares de reais - R\$, exceto o lucro por ação)				
Receita operacional líquida	469.906	657.924		
Custo dos produtos vendidos	(441.518)	(578.607)		
Lucro bruto	28.388	79.317		
Receitas (despesas) operacionais:				
Despesas com vendas	(426)	(562)		
Despesas gerais e administrativas	(13.171)	(13.147)		
Despesas com pessoal	(15.515)	(13.825)		
Participação em sociedades controladas	257	(139)		
Outras receitas (despesas) operacionais líquidas	9	(29)		
Lucro antes do resultado financeiro	(458)	51.615		
Despesas financeiras	(77.566)	(101.192)		
Receitas financeiras	103.266	81.142		
Lucro antes do IR e da contribuição social	25.242	31.565		
Imposto de renda e contribuição social				
Corrente	(12.161)	(6.487)		
Diferido	5.942	(2.134)		
	(6.219)	(8.621)		
Lucro líquido do exercício	19.023	22.944		
Lucro por ação - em reais	0,239	0,289		

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido para os Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015

	Reservas de capital		Reserva lucros		Outros resultados abrangentes	Lucros acumulados	Total
	Capital social	Correção monetária do capital	Incentivos fiscais	Outras Reservas			
Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido para os Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015							
(Valores em milhares de reais - R\$)							
Saldos em 31 de dezembro de 2014	79.455	1	22	5.895	607	25.420	(3.359)
Distribuição de dividendos	-	-	-	-	-	(25.419)	-
Estorno de provisão para perda sobre hedge de fluxo de caixa e IRPJ e CSLL diferido	-	-	-	-	-	-	4.237
Provisão para perda sobre hedge de fluxo de caixa	-	-	-	-	-	-	(60.492)
IRPJ e CSLL diferido ativo sobre a provisão para perda sobre hedge de fluxo de caixa	-	-	-	-	-	-	20.747
Diferenças cambiais sobre conversão de operações estrangeiras	-	-	-	-	-	-	573
Juros sobre capital próprio proposto	-	-	-	-	-	-	(6.317)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	22.944	22.944
Reserva legal	-	-	831	-	-	(831)	-
Reserva para retenção de lucros	-	-	-	-	15.796	(15.796)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2015	79.455	1	22	6.726	607	15.797	(42.531)
Distribuição de dividendos	-	-	-	-	-	(5.157)	-
Reversão de provisão para perda sobre hedge de fluxo de caixa e IRPJ e CSLL diferido	-	-	-	-	-	-	66.911
Provisão para perda sobre hedge de fluxo de caixa	-	-	-	-	-	-	28.923
Reversão de IRPJ e CSLL diferido ativo sobre a provisão para perda sobre hedge de fluxo de caixa	-	-	-	-	-	-	(22.929)
IRPJ e CSLL diferido ativo sobre a provisão para perda sobre hedge de fluxo de caixa	-	-	-	-	-	-	(9.834)
Diferenças cambiais sobre conversão de operações estrangeiras	-	-	-	-	-	-	(289)
Juros sobre capital próprio proposto	-	-	-	-	-	-	(6.936)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	19.023	19.023
Reserva legal	-	-	604	-	-	(604)	-
Reserva para retenção de lucros	-	-	-	-	11.483	(11.483)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2016	79.455	1	22	7.330	607	22.123	20.251

Demonstrações dos Resultados abrangentes findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015

	2016		2015	
Demonstrações dos Resultados abrangentes findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015				
(Valores em milhares de reais - R\$)				
Lucro do exercício	19.023	22.944		
Diferenças cambiais sobre conversão de operações estrangeiras	(289)	573		
Efeito de imposto de renda	-	-		
	18.734	23.517		
Provisão para perda sobre hedge de fluxo de caixa	95.835	(60.492)		
Efeito de imposto de renda	(32.763)	20.747		
Total dos resultados abrangentes	81.806	(16.228)		

Demonstrações dos Fluxos de Caixa dos Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Valores em milhares de reais - R\$)

	2016		2015	
Demonstrações dos Fluxos de Caixa dos Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015				
(Valores em milhares de reais - R\$)				
Fluxo de caixa de atividades operacionais				
Lucro líquido do exercício	19.023	22.944		
Depreciação e amortização	466	619		
Equivalência patrimonial	(257)	139		
Provisões para contingências	2.556	3.461		
Provisão para obsolescência nos estoques	(120)	138		
Hedge accounting	95.834	-		
Imposto de renda e contribuição social corrente	12.161	6.487		
Imposto de renda e contribuição social diferido	(5.942)	2.134		
	123.721	35.922		

	2016		2015	
Demonstrações dos Fluxos de Caixa dos Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015				
(Valores em milhares de reais - R\$)				
Diferenças cambiais sobre conversão de operações estrangeiras	289	(573)		
Ajustes de capital de giro:				
(Aumento) redução em ativos				
Contas a receber	(2)	(6)		
Contas a receber - partes relacionadas	16.399	(9.563)		
Impostos a recuperar	2.074	(1)		
Estoques	(4.233)	319		
Outros ativos financeiros	(23.416)	-		
Demais ativos	(3.907)	361		
Aumento (redução) em passivos				
Fornecedores	(1.804)	896		
Impostos e contribuições a recolher	(257)	334		
Salários e encargos a pagar	91	92		
Outros ativos financeiros	(42.438)	-		
Outros contas a pagar	(197)	598		
Caixa proveniente das atividades operacionais	66.320	28.379		
Imposto de renda e contribuição social pago	(18.577)	(9.890)		
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais	47.743	18.489		
Atividades de investimento				
Resultado de venda de imobilizado	6	27		
Adições ao ativo imobilizado e intangível	(619)	(571)		
Caixa líquido utilizado nas atividades de investimentos	(613)	(544)		
Atividade de financiamento				
Empréstimos a pagar	(164.273)	128.648		
Imposto de renda retido na fonte sobre juros sobre capital próprio	(867)	(790)		
Dividendos pagos	(11.226)	(25.418)		
Caixa líquido gerado (utilizado) nas atividades de financiamento	(176.366)	102.440		
Aumento do caixa e equivalentes de caixa	(129.236)	120.385		
Caixa e equivalentes de caixa				
Saldo inicial	248.089	127.704		
Saldo final	118.853	248.089		
Aumento do caixa e equivalentes de caixa	(129.236)	120.385		

cimento de certos ativos e passivos das demonstrações financeiras da Companhia. A determinação dessas estimativas levou em consideração experiências de eventos passados e correntes, pressupostos relativos a eventos futuros, e outros fatores objetivos e subjetivos. n) Demonstração do fluxo de caixa: As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas e estão apresentadas de acordo com o pronunciamento contábil CPC 03. o) Instrumentos financeiros derivativos e contabilidade de hedge: A Companhia utiliza instrumentos financeiros, como contratos a termo de moeda (NDF) e trava de câmbio de adiantamentos sobre contratos de câmbio. Quaisquer ganhos ou perdas resultantes de mudanças no valor justo de derivativos durante o exercício são lançados diretamente na demonstração de resultado, com exceção da parcela eficaz dos hedges de fluxo de caixa, que é reconhecida diretamente no patrimônio líquido em outros resultados abrangentes, e, posteriormente reclassificada para o resultado quando o item de hedge afetar o resultado. 4) **Capital Social:** O capital social é representado por 79.454.740 ações ordinárias nominativas, assim distribuídas:

	Quantidade de ações	R\$	%
Marubeni Corporation - Japão	79.439.429	79.440	99,98
Tadaaki Kurakake	15.311	15	0,02
	79.454.740	79.455	100,00

5. **Cobertura de Seguros:** A Companhia mantém cobertura de seguros para riscos operacionais e outros para resguardar seus ativos. O valor dos seguros contratados em 31/12/2016 é considerado suficiente, segundo a opinião de assessores especialistas em seguros, para cobrir eventuais perdas. 6. **Parcer dos Auditores Independentes:** A Companhia é auditada pela Ernst & Young Auditores Independentes, e o Parecer dos Auditores encontra-se à disposição dos acionistas e demais interessados na Sede da Companhia.

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. **Contexto operacional:** A Companhia tem como objetivo a exploração do comércio em geral, importação, exportação, representação comercial e participação em outras sociedades. 2. **Políticas contábeis:** As demonstrações financeiras da Companhia para o exercício findo em 31/12/2016 foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que compreendem: a) legislação societária brasileira e os Pronunciamentos, interpretações e Orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis. As demonstrações financeiras da Companhia foram elaboradas de acordo com diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a seleção de vidas úteis do ativo imobilizado e de sua recuperabilidade nas operações, avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo e pelo método de ajuste a valor presente, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas e premissa periodicamente, em prazo não superior a um ano. A Companhia adotou todas as normas, revisões de normas e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) que estavam em vigor em 31/12/2016. As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de certos ativos e passivos como instrumentos financeiros, os quais são mensurados pelo valor justo.

3. **Sumário das principais práticas contábeis:** a) Apuração do resultado: O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência de exercício. As receitas de vendas estão sendo apresentadas brutas, ou seja, incluem os impostos incidentes sobre as mesmas, os quais estão apresentados como contas redutoras das receitas. As receitas e despesas de juros são reconhecidas pelo método da taxa efetiva de juros na rubrica de receitas ou despesas financeiras. b) Moeda funcional e de apresentação das demonstrações financeiras: A moeda funcional da Companhia é o Real. Para a controlada localizada no exterior, a Administração concluiu que por possuírem independência administrativa, financeira e operacional, portanto sendo uma subsidiária, os seus ativos e passivos são convertidos para Reais pela taxa de câmbio das datas de fechamento dos balanços e os resultados apurados pelas taxas médias mensais dos períodos. Tal controlada é avaliada pelo método de equivalência patrimonial, cujos resultados anuais são reconhecidos na proporção da participação da Companhia pelo método de equivalência patrimonial. As atualizações da conta de investimentos decorrente de variação cambial são registradas em conta de outros resultados abrangentes, no patrimônio líquido. c) Transações denominadas em moeda estrangeira: Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira, são convertidos para a moeda funcional (Real) usando-se a taxa de câmbio vigente na data dos respectivos balanços patrimoniais. Os ganhos e perdas resultantes da atualização desses ativos e passivos verificados entre a taxa de

câmbio vigente na data da transação e os encerramentos dos exercícios são reconhecidos como receitas ou despesas financeiras no resultado. d) Investimentos financeiros: Os instrumentos financeiros somente são reconhecidos a partir da data em que a Companhia se torna parte das disposições contratuais dos instrumentos financeiros. Quando reconhecidos, são inicialmente registrados ao seu valor justo acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. e) Caixas e equivalentes de caixa: Estão representadas por caixa, saldos positivos em conta movimento, aplicações financeiras resgatáveis no prazo de 90 dias das datas dos balanços e com risco insignificante de mudança de seu valor de mercado. As aplicações financeiras são demonstradas ao custo acrescido dos rendimentos apurados até a data do balanço, não excedendo o valor de realização. f) Contas a receber de clientes: Estão apresentadas a valores de realização, sendo que as contas a receber de clientes no mercado externo estão atualizadas com base nas taxas de câmbio vigentes na data das demonstrações financeiras. Foi constituída provisão em montante considerado suficiente pela Administração para os créditos cuja recuperação é considerada duvidosa. g) Estoques: Estão demonstrados ao custo médio de aquisição, que não excede o valor de realização. As provisões para estoques são constituídas quando consideradas necessárias pela Administração e são periodicamente revisadas e avaliadas quanto à sua suficiência. h) Investimentos: O investimento em controlada (na qual a Companhia possui influência significativa) é avaliado pelo método de equivalência patrimonial. i) Imobilizado: O ativo imobilizado é registrado ao custo de aquisição. A depreciação é calculada pelo método linear e leva em consideração o tempo de vida útil estimada dos bens. j) Outros ativos e passivos: Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando se estima que sua realização ou liquidação ocorrerá nos próximos 12 meses, caso contrário, são demonstrados como não circulantes. k) Tributação: As receitas de vendas e serviços estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

	Alíquotas
PIS	1,65%
Cofins	7,60%
ISS	5,00%